



ESCOLA DE
HUMANIDADES

CIVITAS

Revista de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Civitas 21 (3): 501-511, set.-dez. 2021
e-ISSN: 1984-7289 ISSN-L: 1519-6089

<http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.40558>

ARTIGOS/ARTICLES

“Na medida do impossível”: Covid-19 e o cotidiano em uma periferia fluminense

“To the measure of the impossible”: Covid-19 and everyday in a fluminense periphery

“A la medida de lo imposible”: Covid-19 y cada día en una periferia fluminense

Luciane Silva¹

orcid.org/0000-0003-1395-3305
lucianecoltrane@gmail.com

Yann Belmont²

orcid.org/0000-0002-5461-8725
almeidabelmont@gmail.com.br

Recebido em: 31 mar. 2021.

Aprovado em: 2 set. 2021.

Publicado em: 8 nov. 2021.

Resumo: Tomando como contexto de pesquisa o Conjunto Habitacional Matadouro, popularmente conhecido como Portelinha, localizado na cidade de Campos dos Goytacazes, o presente artigo apresenta o resultado de pesquisas realizadas junto aos moradores com o objetivo de compreender o impacto da Covid-19. Interrogamo-nos sobre os casos de contaminação; se existiam como eram tratados e como a queda de empregos formais e informais afetava essa população. Como metodologia de coleta de dados realizamos entrevistas semiestruturadas, mediadas por uso de tecnologia de comunicação, incursões de observação e entrevistas presenciais, principalmente com pessoas que não possuíam acesso à *internet*. Nesse sentido, pudemos concluir que a forma de segregação urbana experimentada pelos moradores colaborou para o baixo número de contaminação, maior dependência das políticas de assistência social e dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal e informal. Um dos achados laterais de nossa pesquisa corrobora o quadro de insegurança alimentar vivido no Brasil desde o início da pandemia.

Palavras-chave: Covid-19. Segregação urbana. Raça. Fome.

Abstract: Taking the Matadouro Housing Complex as the research context, popularly known as Portelinha, located in the city of Campos dos Goytacazes, this article presents the results of surveys carried out with residents in order to understand the impact of Covid-19. We wonder about cases of contamination; whether they existed how they were treated and how the drop in formal and informal jobs affected this population. As a data collection methodology, we conducted semi-structured interviews mediated by the use of communication technology, observation incursions and face-to-face interviews, mainly with people who did not have access to the internet. In this sense, we could conclude that the form of urban segregation experienced by the residents contributed to a low number of contamination, greater dependence on social assistance policies and difficulties in entering the formal and informal labor market. One of the lateral findings of our research corroborates the situation of food insecurity experienced in Brazil since the beginning of the pandemic.

Keywords: Covid-19. Urban-segregation. Race. Hunger.

Resumen: Tomando como contexto de investigación el Conjunto Habitacional de Matadouro, conocido popularmente como Portelinha, ubicado en la ciudad de Campos dos Goytacazes, este artículo presenta los resultados de las encuestas realizadas a los vecinos para comprender el impacto del Covid-19. Nos preguntamos por los casos de contaminación; si existieron, cómo fueron tratados y cómo la caída de los empleos formales e informales afectó a esta población. Como metodología de recolección de datos, realizamos entrevistas semiestructuradas mediadas por el uso de tecnologías de la comunicación, incursiones de observación y entrevistas presenciales, principalmente con personas que no tenían acceso a *internet*. En este sentido, podríamos concluir que la forma de segregación urbana que experimentaron los pobladores contribuyó a un bajo número de contaminación, mayor dependencia de las políticas de asistencia social y dificultades para ingresar al mercado laboral formal e informal. Uno de los hallazgos laterales de nuestra investigación corrobora la situación de inseguridad alimentaria vivida en Brasil desde el inicio de la pandemia.

Palabras-clave: Covid-19. Segregación urbana. Raza. Hambre.



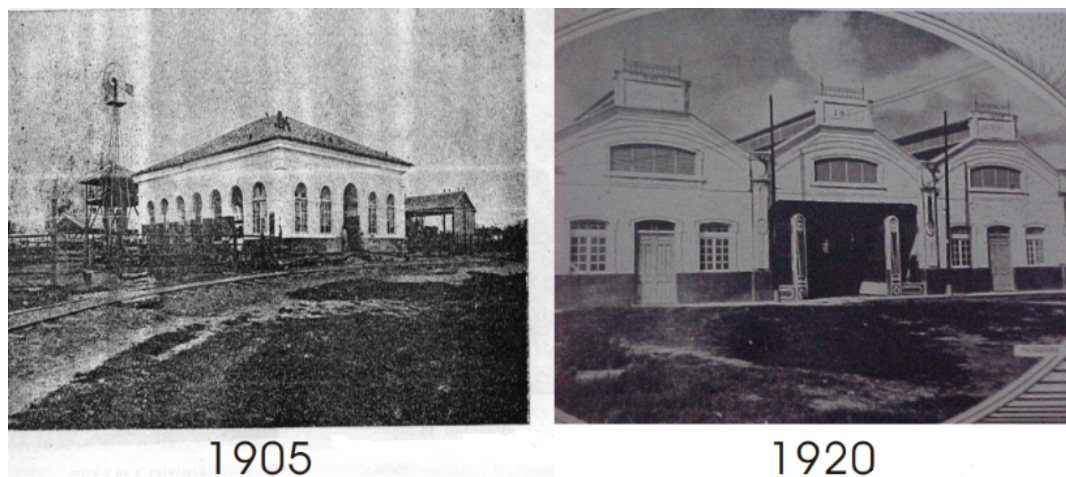
Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Introdução

Figura 1 – O Matadouro entre 1905 e 1920



Fonte: Teresa Peixoto (s. d.).

A pesquisa qualitativa em um enclave urbano na cidade de Campos dos Goytacazes possibilitou a problematização das formas de integração com a cidade. Ao localizarmos o conjunto Habitacional Portelinha no bairro Parque Califórnia, observamos que este é cercado por condomínios de luxo, a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e o Rio Paraíba, um dos mais importantes da Região Sudeste. Na Figura 1, vemos o antigo Matadouro da cidade, que empregava parte da população. Filhos e netos ainda residem nesta área em 2021. A configuração socioeconômica deste conjunto e de toda franja urbana que compõe os territórios contíguos tem como principais demarcadores a baixa escolaridade, a informalidade e o desemprego, a raça como demarcador de estigmatização e as famílias monoparentais como constitutiva de grande parte dos arranjos familiares.

A cidade de Campos dos Goytacazes, no Norte do Rio de Janeiro, apresenta ao longo de sua história duas matrizes econômicas poluentes e excludentes: a cana (que mesmo com diminuição das atividades, ainda permanece como ramo econômico) e o petróleo (aqui está localizada a Bacia de Campos). Uma população de ex-escravos se metamorfoseia no trabalhador informal precarizado e a realidade dos grandes conjuntos habitacionais reflete uma modalidade bastante co-

nhecida no Brasil: a segregação espacial por raça.

A proposta da pesquisa nasceu de uma percepção durante a quarentena. A localização desta franja urbana, nas margens do Rio Paraíba do Sul, faz com que não se veja a favela ao passar pela avenida Alberto Lamego. A circulação desta população é rarefeita fora deste espaço. Contando com biroskas, escolas, pequenas lojas e mercados, os moradores recorrem à avenida principal para farmácias, supermercados e outros serviços. Essa população vive "entre" limites físicos muito concretos além dos muros altos em torno do conjunto habitacional de 14 prédios com quatro andares e, aproximadamente, mais de duas mil pessoas. Em nossa circulação pelo espaço durante a quarentena, percebemos que os bares permaneciam abertos, poucos moradores usando máscaras e o cotidiano parecia seguir quase alheio à pandemia.

A partir de pesquisa qualitativa, este artigo apresenta em um primeiro momento a chegada ao campo e localiza o conjunto habitacional no espaço urbano da cidade. Em uma segunda seção, apresentamos uma discussão que relaciona o momento da pandemia, moradia e segregação. Também problematizamos o conceito de gueto urbano a partir da produção de Louic Wacquant (2004) sobre guetos nos Estados Unidos e na França. Para compreendermos

melhor este cotidiano, optamos por apresentar pequenos registros de vida destes moradores.² Como conclusão, seguimos o argumento de que a pandemia explicitou não só a crise sanitária, mas as desigualdades sociais em suas implicações sobre os corpos, especialmente o de grupos periféricos, quilombolas e indígenas.

Para os objetivos deste artigo vamos analisar um recorte específico. A população deste conjunto é,

em sua composição racial, de maioria não branca. Ou seja, estamos tratando de um enclave em uma cidade de 500 mil habitantes com passado histórico ligado à monocultura do açúcar e presente econômico de dependência dos *Royalties*.

Os desafios da pesquisa de campo na pandemia

Figura 2 – Caminhos urbanos: a Portelinha em uma tarde qualquer



Fonte: Matheus Gomes, acervo.

O título deste artigo surge da fala de uma das entrevistas realizadas por meio eletrônico durante a pesquisa. Ana Luísa³ nos apresentou uma história que, de alguma forma, reunia e complementava um quadro comum a tantas outras, embora fosse um caso extremo e singular. Estava desempregada, fazia tratamento para depressão. Ao não receber pagamento como autônoma da

Prefeitura, sua situação se agravava. Importante frisar que era uma das únicas entrevistadas que havia perdido um parente. Ao ter a notícia de estar com Covid-19, seu pai pulou do quarto andar do Hospital Beneficência Portuguesa de Campos. Desde então, ela faz tratamento no hospital Hospital Psiquiátrico Espírita Dr. João Viana e depende de ajuda contínua. Usa o auxílio para

² Todos os nomes citados ao longo do artigo são fictícios. Os nomes dos entrevistados foram alterados para resguardar as suas identidades.

³ Ainda muito nova, Ana foi abusada e engravidou. Foi obrigada a conviver com o estupro e apanhava diariamente. Teve de fugir aos 14 anos. Vinda do meio rural, ainda trata deste quadro de depressão. Tem um sobrinho preso e sua mãe faleceu recentemente. Em uma das ligações, quando indagada sobre como passava os dias, nos respondeu "na medida do impossível". Entendemos que era uma forma de externar os dias e as condições vividas por aqueles moradores durante a pandemia. Ana faz parte de um grupo que cresce no Brasil e, especialmente, em Campos: o de famílias sem renda que flertam com a fome em seu cotidiano, desde o início da pandemia de Covid-19.

pagar as dívidas. Tentou suicídio recentemente.

A Figura 2 mostra um pouco desse cotidiano de desafios, de precariedade para manutenção do cuidado mínimo durante uma pandemia. Nosso campo não tinha como objeto a escrita sobre mulheres negras em situação de enfrentamento à pandemia de Covid-19. A intenção era coletar dados sobre as formas de cuidado e o número de casos para compreender como aquela faixa de território, encravada no meio de condomínios luxuosos, estava lidando com o Coronavírus, sem/com poucos recursos materiais. Na realização do campo, a interseccionalidade surgiu a partir da realização das entrevistas (Hirata 2014).

Em um primeiro momento reunimos um grupo de pessoas interessadas em uma relação de troca anterior à pesquisa (a entrega de cestas básicas iniciada no período de Páscoa da 2020). Este grupo, que parecia mais heterogêneo com jovens homens retirando as cestas para suas famílias, sofreu uma alteração no momento em que estabelecemos que a troca ocorreria sob um diálogo a respeito da pandemia. Mulheres aceitaram conversar conosco.⁴ Nosso grupo tornou-se homogêneo ao longo da pesquisa. E possibilitou uma reflexão pertinente à cidade: quem eram suas mães e avós na economia da cana-de-açúcar? Questões que nos possibilitaram pensar classe e mobilidade social, também pensar o corpo como resultado geracional de uma mobilidade social quase nula, sem constelações familiares que envolvessem mistura racial. Essa observação é importante em uma cidade cuja aparência física (cor/etnia) segue como importante indicador para integração no mercado formal de trabalho, particularmente no comércio local. Embora não seja possível desenvolver estas evidências no espaço deste artigo, importa dizer que, se os consumidores na cidade de Campos, nas classes populares, não são brancos, essa composição racial não se reflete em lojas, shoppings, farmácias, restaurantes e comércio em geral.

Nas entrevistas realizadas durante a pandemia

no Conjunto Habitacional Matadouro, também intitulado como Portelinha, esta segregação pôde ser comprovada a partir do trabalho empírico. Das 40 mulheres entrevistadas, todas eram negras. Com exceção de um único morador branco de Minas Gerais e um homem negro de 35 anos, as constelações familiares (pais, filhos, tios, madrinhãs, avós) também eram descritas como pertencendo ao mesmo grupo étnico.

Como esta região se desenvolve a partir de uma atividade econômica considerada degradada (o abate de animais e suas consequências ambientais para aqueles que residem nas imediações), é importante destacar a origem rural destes primeiros moradores e o descompasso entre crescimento urbano e planejamento de moradias e infraestrutura urbanas (Faria 2008; Mota e Mamani 2012; Oliveria e Pedlowski 2012).

As questões surgiram destas observações: haveria casos de contaminação? Se existiam, como eram tratados? E como a queda de empregos formais e informais afetava esta população? Durante toda a quarentena havíamos realizado algumas campanhas de arrecadação de alimentos.⁵ O cotidiano da pesquisa apresentava a ausência de uso de máscaras e álcool gel (itens caros e de difícil acesso no início da quarentena) e os impactos da carestia de itens da cesta básica como arroz e feijão. Acompanhamos durante quatro meses estas famílias. Entre julho e outubro de 2020, mantivemos contatos semanais com moradores.

Antes que parte da população egressa da escravidão pudesse ser integrada a esta sociedade de pujança, o ciclo da cana se esgotou (Cruz 2003) dando início a decadência das usinas. No fim da década de 1970, lentamente, assiste-se o início das operações de perfuração pós-sal na Bacia de Campos. Entre a cana e o petróleo, temos duas gerações nascidas e vivendo nas periferias de uma cidade de médio porte que desempenha um papel centralizador de atividades econômicas de toda Região Norte fluminense.

Este artigo também problematiza as dificuldades

⁴ Mulheres (cuja classificação racial bastante elástica no Brasil) serão consideradas neste artigo enquanto não brancas. Mães, avós, mulheres jovens com filhos pequenos.

⁵ O número de pessoas por família (aproximadamente 3 a 5) e a quantidade de famílias em situação de precariedade alimentar eram variáveis importantes para reforçar a percepção sobre a necessidade de pesquisar as condições materiais de vida durante a pandemia.

de realizar uma pesquisa de campo durante uma pandemia. Como permanecer em contato quando a aproximação é proibida? Como permanecer de máscara em um território no qual esse demarcador já instaura um distanciamento entre pesquisador e campo? Além disto, essas dificuldades impactaram a amostra e os resultados. Contudo foi possível, graças a relações e observações anteriores, compreender as formas de cuidado e prevenção. Como não é possível pensar em isolamento social sem pensar as condições de alimentação e de moradia, expandimos nossa análise partindo da reflexão sociológica sobre *gueto*, para pensar como a segregação pode explicar diferentes formas de contaminação – ou a sua ausência.

Diante da impossibilidade de realizarmos uma pesquisa de campo com observação e entrevistas, optamos por construir uma troca com os moradores. Temos trabalhado com pequenos agricultores em um investimento de conscientização sobre segurança alimentar. Neste processo de trocas, inventariamos uma lista que seria acessada por telefone para o levantamento das condições materiais. Criamos um roteiro com poucas questões. Em resumo, nossas questões versavam sobre a situação da família durante a pandemia, número de integrantes por apartamento, forma de ganho financeiro, doenças mais comuns, casos de Covid-19 e formas de informação sobre a pandemia. Posteriormente, demos início a perguntas sobre profissão dos pais e avós. Essa questão foi adicionada com o objetivo de pensar se havia ocorrido, entre as primeiras gerações oriundas do mundo rural e o momento atual, algum tipo de mobilidade social ascendente. A profissão seria uma variável importante para acessarmos um conhecimento das mudanças sociais vividas ali.

As respostas foram muito desanimadoras, em um primeiro momento. Talvez pelo meio utilizado, talvez pela desconfiança, talvez por não acharem muito sentido nas questões apresentadas. Eram monossilábicos: "sim", "não", "pouco". Resolvemos ir a campo conversar com aquelas pessoas que, não possuindo celular e tendo idade avançada, poderiam estar mais dispostas e dialogar. Tivemos um avanço.

As informações reforçavam percepções já construídas sobre o conjunto e seus moradores. Tratando-se de pesquisa qualitativa, nosso objetivo até este momento não era realizar um censo. Os dados que serão apresentados foram coletados entre agosto e setembro de 2020, em redes de diálogo construídas com mulheres. Há um padrão a ser analisado a partir desta coleta. Nas entrevistas, encontramos um padrão sobre a família das entrevistadas: mães empregadas em atividades domésticas e avós trabalhadores no corte de cana. É possível ver como o conceito é útil para alertarmos sobre esta permanência das condições de vida ao longo de quase 100 anos. Por último, importa registrar que o Conjunto estampa manchetes diárias sobre tráfico de drogas e violência entre facções, o que colabora para perpetuação de sua representação social como lugar de perigo e de criminalidade. Existe saneamento precário – assiste-se esgoto a céu aberto nas próprias dependências do conjunto habitacional, buracos e poças d'água que alteram a qualidade do ar, assim como a fuligem oriunda da queima da cana nos canaviais ativos.

Na coleta dos dados devemos ressaltar que há uma crueza na interação entre pesquisador e população, acompanhada de desconfiança. As relações de dominação na qual estes moradores estão inseridos (pelo mundo do trabalho, na relação com o estado, nas formas de racismo mais ou menos explícitas) seriam uma pista para compreender crueza e desconfiança. As histórias de problemas com a justiça, de mortes por não atendimento médico e de questões de direitos não implementados são parte deste cotidiano no qual somos vistos como agentes do estado. O que não seria uma avaliação errada a considerar nossa relação com a Universidade. A solidariedade é seletiva, dinâmica e funcional ao espaço. Pode ocorrer por avaliações morais (uso ou não de drogas, capacidade ou não para o mundo do trabalho, responsabilidade com filhos e parentes etc).

Decidimos apresentar as entrevistas agrupando realidades comuns, evitando transformar as histórias de vida e os dados coletados em gráficos ou tabelas em formato de pizza. Uma das primei-

ras informantes, cujo apelido é "Massinha", realizou os contatos iniciais para nossa ida ao conjunto. Em um sábado, munidos de prancheta, máscaras, canetas e roteiros impressos, chegamos a um dos corredores e iniciamos os primeiros registros de nomes, telefones, endereços e situação familiar. Em poucos minutos, fomos cercados por crianças, adolescentes, mulheres de todas as idades. Falar com um grupo de aproximadamente 30 pessoas com a máscara não estava funcionando e cometi o erro de retirá-la para avançar na conversa. Registramos os nomes, explicamos o roteiro e a forma de um contato futuro. Parecia ter funcionado. Uma semana depois iniciamos as ligações.

Um primeiro grupo de 13 mulheres retornou nossos contatos. Fomos aumentando as interações e retornamos para realizar entrevistas com aquelas que não tivessem aparelhos de telefone. Isso, sim, funcionou bem, pois possibilitou o desenvolvimento de diálogos sobre origem, viver no espaço, as necessidades locais. Claro que a solicitação de alimento era uma constante. E era compreensível. Sabíamos o quanto os itens da cesta básica haviam disparado.

As histórias da Portelinha: Valmira, Pedro e Luíza, Joana, Leda...

Valmira nos conta que toda sua família está desempregada, o marido "vai ao Paraíba e pesca um peixe algumas vezes, para vender e para o consumo da família". Para fazer arroz, item básico do consumo familiar brasileiro, precisa pedir aos vizinhos. A reclamação quanto ao preço dos itens da cesta básica foi constante em nossas entrevistas. Moram cinco pessoas em um espaço de aproximadamente 50 metros. Vivem em outubro de 2020 com a metade do auxílio emergencial, ou seja, 600 reais.

Para Pedro e Luíza, o complicador é a interrupção dos bicos. Ele trabalha como ajudante de pedreiro; ela administra o auxílio emergencial e tem se ocupado da educação do filho de seis anos. Reclama que as atividades da escola são insuficientes e, por isso, faz um reforço "por conta própria".

Joana trabalhava como ambulante e, de imediato, enuncia: "corro para rua para vender, mas

não tem como, não tem ninguém na rua". O auxílio atrasa e neste momento em seu bloco, a caixa d'água está quebrada sem condições de conserto, o que significa falta de água. Embora existam pedreiros, os moradores não conseguem se organizar para compra. Leda paga um aluguel de 200 reais, não paga luz e nem água. Precisa de ajuda para o aluguel, pois, com três filhos (um ano, quatro e cinco), não recebe ajuda dos pais das crianças. Acredita na pandemia: "vejo muitas pessoas morrendo, sempre ando de máscara". Foi recorrente a afirmação quanto à gravidade do vírus.

Denise, como quase a totalidade dos moradores, recebe o auxílio emergencial. Com três crianças, duas delas mamando e usando fraldas, o bolsa-família não possibilita que o mês feche no azul. Seu marido é autônomo, trabalha como ajudante de pedreiro e vive a mesma situação de outros com a interrupção das obras.

Massinha tem nove filhos adultos e "um de fralda". Seu pai foi agricultor sem "estudador", como ela. A mãe foi "doméstica" a vida toda em "casa de família".

"Agricultor", "cortador de cana" e "doméstica" em "casa de família" são as ocupações mais enunciadas nas entrevistas realizadas. O mesmo dado pode ser estendido aos avós, sendo a ocupação "cortador de cana" mais presente nesta geração. Ouve-se também que muitas mulheres são "chefe de família", que são "pai e mãe ao mesmo tempo". Como a mãe de Silmara, sem "profissão", que, devido a seu pai estar preso, é a mãe que é "chefe de família", de uma casa com nove pessoas. É ela que apenas possui emprego formal.

Nenhuma das entrevistadas enunciou casos de contaminação em seu núcleo familiar direto. Os casos se repetem com poucas alterações. Podemos destacar nestas pequenas histórias a precariedade, o cuidado do corpo em meio a condições materiais precarizadas. Ouve-se também formas quase mágicas de "fazer render o alimento" nos discursos. Talvez por isso a recorrente atribuição do estado de saúde benéfico com a provisão divina. A existência de suspeitos entre os vizinhos tão próximos reafirma esta percepção local entre os moradores.

Dona Paula nos conta que seu filho fizera uma mistura de ovo, farinha e água para os irmãos. A receita é simples, segundo ela, basta bater tudo no liquidificador. Moravam cinco pessoas no mesmo apartamento e como trabalhadora de um grande supermercado, era comum que ela não tivesse como alimentar a todos. Por isto me dizia "só Deus, minha filha, só Deus".

Experimentamos, como pesquisadores, dois sentimentos distintos e igualmente intensos: a descrença em alguma eficácia mágica e a total crença que realmente só alguma força divina poderia prover as famílias da Portelinha. Talvez por essa razão, esta pesquisa tenha acontecido. A precariedade da receita nos espantou, principalmente após as políticas públicas do Fome Zero. Mas ali estávamos nós, recolhendo dados que nos levavam a reler Josué de Castro e nos deparamos com um contexto que destina o retorno do Brasil ao Mapa da Fome.

Sobre família, filhos e vida cotidiana

Nas 40 entrevistas realizadas, o levantamento do número de familiares por unidade domiciliar possibilitou a construção de um padrão de três a cinco filhos com exceção de dois casos. Sobre essa composição talvez o dado mais interessante seja a regularidade encontrada de netos residindo no mesmo espaço. O que eleva para cinco pessoas por unidade domiciliar. Algumas entrevistadas nos contaram que entre as dificuldades enfrentadas, estavam as necessidades de bebês e de crianças quanto à alimentação e à higiene. Basicamente, leite, fraldas e alimentos próprios para recém-nascidos.

Durante nossa circulação na Portelinha, sempre encontramos mulheres e crianças. Raramente vimos pais ou genitores responsáveis que não estas mulheres. No dia 27 de setembro, durante comemoração do Dia de Cosme e Damião, foi possível observar um número elevado de crianças e adultos com estrabismo.

Além da questão nutricional e as dificuldades de mobilidade urbana de cesso à cidade, é possível construir uma reflexão sobre segregação e saúde. O estrabismo em geral, pode ser tratado

com o uso de óculos. Não existem crianças usando óculos na Portelinha. Raramente adultos, com exceção de idosos.

No que tange a roupas e máscaras, quando doações foram realizadas tudo é disputado de modo agonístico e evidencia as muitas faltas. A circulação de crianças contrasta com a circulação de jovens bem-vestidos (talvez dos condomínios de muros muito altos colados ao conjunto). Às quatro da tarde de um domingo, esta é uma cena interessante. Passando em meio a 50 crianças recebendo doces, estes jovens iam na direção da "boca" indiferentes ao cenário local. Parece-nos que essa é a melhor cena para ilustrar como ocorrem as relações (ou não relações) entre moradores de dentro e de fora. Em um espaço cercado por muros, 100 pessoas caminham, observam, trocam chamados e pedidos. Nenhuma delas está de máscara além daquelas que entregam os doces.

Sobre renda e trabalho

Sem a renda advinda das atividades informais e com a precarização das relações de trabalho (principalmente ligadas aos cuidados, limpeza, estética e comércio em geral) se agravaram as possibilidades de manter a dieta diária necessária. Os grandes supermercados locais limitaram sua ação ao fornecimento de quentinhas e ainda exploraram com propagandas a aceitação do cartão de auxílio emergencial. Na esteira do esvaziamento dos sistemas tradicionais de varejo, emergiram vazios alimentares, ou em outros termos, territórios urbanos onde vivem populações econômica e socialmente vulneráveis e que já não dispõem de equipamentos de varejo ou feiras para se estabelecer (Silva Filho e Gomes Junior 2020). Nas trocas feitas ao longo do ano, as entregas de hortaliças, abóbora e frutas eram muito comemoradas. Esse abastecimento exige o deslocamento do pequeno comerciante, que tem de lidar com itens perecíveis sob altas temperaturas. Muitos desistem preferindo restringir o comércio a bebidas e alimentos não perecíveis, o que compromete a dieta de crianças e idosos.

Entre os entrevistados o auxílio emergencial

e a bolsa família são as únicas fontes de renda utilizadas no sustento familiar. Se o quadro anterior era de informalidade (diaristas, motoristas, pintores e outros serviços sazonais), a pandemia intensificou a situação de precariedade com o fechamento de comércios e a evitação da interação por parte de famílias que dispensaram suas trabalhadoras domésticas. Sueli tem três filhos, é solteira e está desempregada. Márcia tem sete filhos, e três moram com ela. Além deles, cinco neto. Sua renda é o Bolsa Família.

Cláudia vive com netos em fase de amamentação e relata que, em certos dias, falta comida. Sônia precisa administrar a casa, mas está sem profissão no momento e o pai encontra-se preso. Os demais relatos, por sua semelhança, não serão apresentados, pois temos uma regularidade: a pandemia suspendeu as formas alternativas de aquisição de renda ao mesmo tempo em que foram frequentes os relatos sobre ir à rua em busca de promoções. Sobre maridos, companheiros, pais ou outros membros familiares que poderiam compartilhar os gastos, as entrevistadas mostram que esses também estão desempregados ou com suas rendas reduzidas. Não tivemos relatos de pessoas vivendo da aposentadoria. Sobre as profissões desempenhadas por homens, nos são informadas as ocupações de ajudante de pedreiro, trabalhadores com material reciclável, pintores, motoristas.

Sobre coronavírus e formas de informação e prevenção

Uma das justificativas para iniciar a pesquisa era compreender como essa população, mantendo seus estabelecimentos comerciais abertos, circulando sem máscara e sem álcool gel, estaria enfrentando a pandemia. O resultado da pesquisa, se levarmos em conta que nossa amostra cobre, aproximadamente, 200 pessoas, em um universo de, aproximadamente, 1500 moradores, é que os casos de contaminação são raros. Como isto é possível? Que recursos foram utilizados durante a pandemia para prevenção?

Das 40 entrevistas realizadas, uma registrou que seu pai cometera suicídio após saber que contra-

ira Covid-19; em outro depoimento, os parentes haviam contraído, mas não moravam no conjunto.

No que tange a moradores entrevistados e suas formas de cuidado, destaca-se em primeiro lugar a crença na gravidade do coronavírus. A aceitação da questão como "perigosa" e "que pode matar" colabora para o cumprimento da quarentena, que, de certa forma, já está posta para esse grupo a considerar a pouca circulação pela cidade.

A precariedade e o cuidado são elementos fundamentais para análise das condições de vida durante a pandemia. Se a princípio podem parecer questões contraditórias, um olhar mais demorado pode revelar o contrário. As experiências pregressas de acesso à saúde pública poderiam produzir um cuidado mais autônomo? Um dos entrevistados nos revelou que levava a filha à Unidade de Pronto Atendimento de bicicleta, para tratamento de asma. Essas dificuldades e a frustração com atendimentos mal avaliados podem ser chave para uma relação de desconfiança e de negação do estado. Sem plano de saúde ou recursos para medicamentos caros, a população conta com um acúmulo sobre cuidado que ainda deve ser investigado.

A chefia de família por mulheres pode ser apontada como uma das possíveis explicações sobre as formas de prevenção e de cuidado, uma vez que são essas mulheres que assumem posições de resolução cotidiana das formas locais de uso e de circulação nos poucos espaços coletivos.

Reflexões sobre moradia, gueto e segregação

Utilizaremos as considerações de Wacquant (2004) para problematizar os dados coletados no conjunto habitacional da Portelinha. Justificamos essa escolha por um dos elementos descritos no artigo: o fechamento para o mundo externo e suas consequências. Ao coletarmos os dados, percebermos o pouco deslocamento dos moradores fora dos limites do conjunto e seu entorno. Ao mesmo tempo, a circulação externa ocorre pela compra de drogas feita em carros, sem contato físico com os moradores, que, em sua maioria, estão em suas casas durante o horário de pico do movimento.

O autor faz uma crítica à definição de "gueto" como

uma área urbana restrita, uma rede de instituições ligadas a grupos específicos e uma cons-telação cultural e cognitiva (valores, formas de pensar ou mentalidades) que implica tanto o isolamento sócio-moral de uma categoria estigmatizada quanto o truncamento sistemático do espaço e das oportunidades de vida de seus integrantes. (Wacquant 2004, 155).

A crítica nos parece fértil quando observamos a formação do conjunto habitacional Matadouro e fazemos algumas indagações sobre esta formação social, para além das descrições funcionalistas que naturalizam esses espaços como "enclaves" naturais dentro da cidade moderna. É válida uma tentativa de estabelecer, a partir do Brasil, as singularidades das periferias urbanas. Iremos empregar o termo "periferia" para primeiro tentar uma descrição do espaço. É apenas uma forma de evitar a contaminação do termo, a considerar as diferentes nomeações possíveis (vilas, favelas, morros, quebradas, comunidade). Cada uma dessas definições é o resultado de disputas em muitas esferas: intelectuais, cunhadas e positivadas em leis produzidas pelo estado (as remoções e intervenções policiais exemplificam), pelos agentes de cultura e de mídia (defensores do que consideram como genuíno, popular), pelos moradores e seus representantes, pelos ativistas, entre outros. As categorias guardam não só uma dimensão histórica em movimento dinâmico, mas também jurídico-legal, cultural, de intervenção, comunitária e de protesto. Entram nestas disputas os ambientalistas, os arquitetos, os defensores dos direitos humanos e outros profissionais da palavra em ligação com o tema das periferias.

Considerando "gueto" como um conceito a ser problematizado e não apenas apropriado e aplicado mecanicamente à realidade estudada, vamos considerar para efeitos de análise do Conjunto Habitacional Matadouro/Portelinha como gueto urbano. Embora não se possa falar de nenhum impedimento legal quanto à circulação de pessoas entre o espaço e outros bairros da cidade, é certo observar que o grau de deslocamento dos moradores é baixíssimo. Ao longo destes anos de observação seria correto dizer que o deslocamento ocorre entre casa e

trabalho (informal em boa parte dos casos) e no entorno do Conjunto. Quanto à cor, esta é uma população negra. Quanto à renda, quando existe, possibilita a reprodução da existência, a compra dos itens básicos, de gás e medicamento necessários. A variável mais interessante, no entanto, é resultado da pesquisa sobre as condições de vida de pais e avós.

Seguindo Wacquant (2004) é possível pensar a construção de um conceito relacional de gueto como instrumento de cercamento e controle. Por isso, elegemos o conceito para fazermos avançar um debate sobre segregação e cidade.

Em sua definição (Wacquant 2004), quatro elementos constituem o conceito de gueto: o estigma, o limite, o confinamento espacial e o encapsulamento institucional. O gueto é um meio socio-organizacional que usa o espaço com o fim de conciliar dois objetivos antinômicos: maximizar os lucros materiais extraídos de um grupo visto como pervertido e perversor; e minimizar o contato íntimo com seus membros, a fim de evitar a ameaça da corrosão simbólica e de contágio.

Acreditamos que o caso apresentado neste artigo colabora com o debate feito na sociologia urbana sobre o conceito de efeito-território (Andrade e Silveira, 2013) e com a discussão feita por Bourdieu (1997) sobre efeitos de lugar (Borges e Carvalho 2017; Carvalho 2020). A descrição da localização deste condomínio, ao lado de uma das maiores Universidades do Rio de Janeiro e rodeado por áreas ricas, frequentada por parte de classe média alta campista, incluindo aí políticos locais, empresários, artistas e esportistas e funcionários públicos, reforça nosso argumento de que a Portelinha vive em contatos absolutamente precários com os demais grupos. A presença de parte da população no campus universitário produziu projetos de extensão isolados, mas de impacto pouco relevante por exemplo, no acesso de moradores aos cursos universitários. Sua presença localiza-se principalmente nos empregos terceirizados e precários de limpeza na UENF. Essa composição do território estabelece identificadores de distância social, que podem ser tanto físicos como os muros, quanto sociais, como a aparência

física (Andrade e Mendonça 2010). Apenas um muro de cinco metros separa o condomínio Bouganville das ruas da Tira Gosto, contígua a Portelinha e, também, estigmatizada como território de venda de drogas e dominado pela criminalidade. As diferenças entre um e outro lado do muro estão nas ruas com esgoto a céu aberto e lixo, casas em acabamento, mato e outros signos de territórios com baixa intervenção do poder público. Assim como nos trabalhos de Wilson (1987) sobre os reais desfavorecidos nas periferias americanas da década de 1980, defendemos que na Portelinha há um depósito de desvantagens históricas. Sem acesso a recursos culturais e educacionais que alterem esta realidade, os moradores experimentam uma mobilidade social baixa, seu capital social é muito localizado e restrito. Lidam cotidianamente com a presença do tráfego. Tendo limitada a sua agência, poucas trocas ocorrem com a vizinhança (condomínios de luxo e universidade). Com baixa qualificação e empregos informais ou nenhum emprego, sua dependência das políticas públicas é maior que em outras periferias brasileiras. Por último, a não circulação dos moradores fora destas fronteiras é resultado do estigma aplicados sobre eles pela polícia (abordagens constantes), as poucas relações fora do território (as famílias moram próximas) o não deslocamento para fábricas, comércios, escolas e Universidades (toda sua vida social é restrita aquele território) mas, principalmente, os perigos de circular em área de outra facção e sofrer represálias físicas e humilhações públicas. Os bailes *funk* ocorrem no território, os casamentos também, a igreja local é frequentada pelos moradores, o supermercado é próximo. Sua pele escura, na cidade de Campos, funciona como um endereço social que evidencia o quanto o racismo estrutural está na base das relações sociais nesta cidade.

Crise humanitária: morrer de quê?

A manutenção de uma condição material precária e de indicadores de educação abaixo da média nacional nos revela um campo que possibilita

pensar a partir dos operadores de raça e o gênero como as relações de dominação reproduzem distintas formas de desigualdade. A econômica certamente seria apontada como principal, mas, neste caso, é o acesso ao estado (ou o não acesso) que introduz um demarcador importante. E por que é possível fazer esta afirmação?

A frequência do uso de expressões religiosas pelos entrevistados, expressa um tipo de relação com a vida material fundamentada na capacidade de calcular a cada dia as condições de sobrevivência. Este misto de informalidade, desalento, doações e auxílios, constitui uma base frágil, mas perene para reprodução das existências cotidianas, "na medida do impossível".

Considerando a carestia dos produtos da cesta básica na cidade e no país, itens como arroz e feijão, começam a desaparecer no cotidiano da alimentação das famílias entrevistadas.⁶

As condições de pobreza não significam imediatamente desnutrição, problemas oculares, frequência insuficiente à escola. Cada território, de acordo com sua localização nas cidades, pode constituir relações distintas. Com mais ou menos associativismo local, com maior ou menor grau de violência ligada ao tráfego ou à milícia, com maior ou menor aprovação de jovens para o ingresso na Universidade. Por esta razão a pesquisa microsocial é fundamental no Brasil, no século 21. A própria construção de casas e de prédios altera a relação com a possibilidade de criação de animais domésticos para consumo e de criação e implementação de hortas comunitárias. Os deslocamentos forçados também impactam essas populações e sua capacidade de resistência e de organização.

A degradação das condições de vida pode produzir a relativização da pandemia para parte desta população. A questão é: e quando já se vive em um quadro histórico de exclusão e precariedade?

Neste sentido, concluímos que as formas de segregação na Portelinha colaboram para este quadro de números muito baixos quanto à contaminação por Covid-19. Ao saírem do bairro apenas

⁶ Porto, Paulo R. 2020. Preços de itens da cesta básica disparam em Campos. *Folha da Manhã*, 5 set. 2020. Acessado em 10 dez. 2020, https://www.folha.com.br/_conteudo/2020/09/economia/1265257-precos-de-itens-da-cesta-basica-disparam-em-campos.html

para o básico, ao não circularem pela cidade e não receberem circulação (levando em conta os limites geográficos descritos no artigo) esta população manteve-se em situação distinta do restante da cidade.

O resultado inquietante de nossa pesquisa tem relação direta com a fome e o desemprego. Além da desnutrição e espaços pouco férteis para desenvolvimento sociocultural das crianças. Não era este o objetivo inicial. Mas como resultado encontrado, merece nossa atenção para a possível crise humanitária vivida no país. Não morrem pela pandemia, mas por estes outros fatores. A ausência de aposentadoria ou acessos à seguridade social compromete, em vida, o cotidiano destas famílias.

Esta população que sobra, que só importa à cidade como mão de obra pouco qualificada, mantém seu corpo em confinamento, não em quarentena. Não são vistos nas avenidas principais. Suas marcas podem ser registradas nas filas do banco, dos hospitais ou aparelhos de assistência social tão degradados quanto o Conjunto onde moram. Em uma cidade de grandes caminhonetes, o transporte é precário, ruim e indigno. Dentro destas frotas, o cenário distingue com cores nitidas a desigualdade da cidade que abriga a Bacia de Campos e o Porto do Açu.

Referências

- Andrade, Luciana T. e Leonardo S. Silveira. 2013. Efeito-território: explorações em torno de um conceito sociológico. *Civitas* 13 (2): 381-402. <https://doi.org/10.15448/19847289.2013.2.14295>.
- Andrade, Luciana T. e Jupiara G. de Mendonça. 2010. Explorando as consequências da segregação metropolitana em dois contextos socioespaciais. *Cadernos Metrôpole* 12 (23): 169-80.
- Borges, Ângela e Inaiá M. M. Carvalho. 2017. Revisitando os efeitos de lugar: segregação e acesso ao mercado de trabalho em uma metrópole brasileira. *Caderno CRH* 30 (79): 121-135. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792017000100008>.
- Bourdieu, Pierre, org. 1997. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes
- Carvalho, Inaiá M. M. 2020. Segregação, vulnerabilidade e desigualdades sociais e urbanas. *Civitas* 20 (2): 270-286. <https://doi.org/10.15448/19847289.2020.2.28393>.

Cruz, José L. Vianna. 2003. *Projetos locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense*. Tese em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Faria, Teresa Peixoto. 2008. Campos dos Goytacazes nos anos 1870-1880: a modernização brasileira e o "mundo citadino". *Agenda Social* 2 (2): 40-64.

Hirata, Helena. 2014. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social* 26 (1): 61-73. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>.

Mota, Carla Gisele dos Santos e Hernán Armando Mamani. 2012. Segregação interna e criminalização: o caso da favela e o conjunto habitacional Matadouro em Campos dos Goytacazes-RJ. *Revista Libertas* 12 (2): 1-20.

Oliveira, Julio Cesar e Marcos Antonio Pedlowski. 2012. Estado e programas municipais de habitação popular em Campos dos Goytacazes (RJ). *Análise Social*, 204, 47. http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_204_d04.pdf

Silva Filho, Olívio J. e Newton N. Gomes Júnior. 2020. O amanhã vai à mesa, abastecimento alimentar e Covid-19. *Cadernos de Saúde Pública* 36 (15). <https://doi.org/10.1590/0102-311X00095220>.

Wacquant, Loïc. 2004. Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. *Rev. Sociol. Polit* 23:155-164. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782004000200014>.

Wilson, William J. 1987. *The truly disadvantaged. The Inner City, the Underclass, and Public Policy*. 2 ed. Chicago: The University of Chicago Press.

Luciane Silva

Mestre em Sociologia pela Universidade do Rio Grande do Sul (Ufrgs), em Porto Alegre, RS, Brasil; doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil; professora da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), em Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

Yann Belmont

Mestre pelo Programa de pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), em Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil. Doutorando pelo Programa de pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.